

Senhores Acionistas, A Administração da INEPAR S.A. Indústria e Construções - Em Recuperação Judicial (INEPAR), em observância às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, submeteu à apreciação dos acionistas os fatos e eventos relevantes do ano, bem como o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO
A cultura do desafio e empreendedorismo sempre tiveram destaque no DNA da INEPAR. A INEPAR atua há mais de 62 anos no desenvolvimento da indústria e infraestrutura do Brasil, destacando-se no energia, petróleo e gás, equipamentos de processo, manuseio de materiais, compensação reativa e transporte de massa. No Brasil, a INEPAR fabricou turbinas e geradores que respondem por mais de ¼ da energia gerada diariamente; atuou em 100% das 15 refinarias da Petrobras e participou da construção de 7 plataformas de exploração de petróleo; entregou aproximadamente 3.000 pontes rolantes para uma variedade de indústrias no país e no exterior; produziu as maiores máquinas de movimentação de minério em atividade; produziu mais de 30% de compensação reativa em grandes transferências de geração de energia para linhas de transmissão; desenvolveu a maioria das linhas de transmissão de alta e extra alta tensão; efetuou reparo, manutenção, supply e manufatura em mais de 200 locomotivas; e em telecomunicações foi a principal no teste e instalação de cabos, telefones celulares CDMA e sem fio. Pareceram com grupos de liderança mundial, dentre eles, GE, Andritz, Hyundai, Triunfo e a INEPAR nessa construção e demonstram a capacidade empreendedora da Companhia. A INEPAR também está presente na bolsa de valores brasileira desde 1980, já chegando a ser uma das dez maiores companhias em valor de mercado da Bovespa.

Mesmo com todas essas credenciais, a INEPAR indiscutivelmente se deparou com um ambiente macroeconômico e político desafiador no Brasil ao longo dos últimos anos, que por certos setores à vulnerabilidade e riscos financeiros. Em particular, os setores industrial e de infraestrutura - seus setores de atuação - têm sido afetados por pressões estruturais, dinâmica inflacionária e elevada taxa de juros em um ambiente de baixo crescimento e desconfiância. Felizmente, mesmo sob forte influência desse cenário de desaceleração impactando seus negócios, a INEPAR vem conseguindo manter fundamentos operacionais sólidos: qualidade, influência na cadeia de valor, diferenciação tecnológica e acervo de destaque.

A administração empossada em Setembro de 2014, já dentro do ambiente de Recuperação Judicial, havia executado um diagnóstico profundo e iniciou um forte procedimento de ajuste interno em todas as empresas do Grupo, visando a adequação de suas estruturas e processos, com o objetivo de melhorar seu desempenho operacional e financeiro. A reestruturação dos processos empresariais, a readequação dos custos em relação às receitas e a otimização das atividades em suas Empresas do Grupo, questões que já vinham sendo tratadas nos últimos anos, foram intensificadas em 2015. O processo de Recuperação Judicial trouxe à mesa todos os principais credores do Grupo INEPAR, o que permitiu iniciar um processo de renegociação dos passivos financeiros existentes, visando à adequação da estrutura de capital necessária para as principais empresas do grupo.

O Plano de Recuperação Judicial foi aprovado em assembleia geral de credores em 13 de maio de 2015 e homologado judicialmente em 21 de maio de 2015. A aprovação se deu por expressiva maioria (aproximadamente, 88% em valor na média das Classes, sendo que em quantidade mais de 80% em cada Classe). A homologação do Plano permitiu a estabilização da estrutura de capital da INEPAR - somente a emissão de novas ações da Companhia e debêntures perpétuas conversíveis, em integralização por créditos quirográficos, representa uma redução de R\$ 1.516 milhões em seu passivo financeiro, dentre outros itens chaves de reestruturação financeira. Concomitantemente ao trabalho que foi e continua sendo desenvolvido junto aos principais credores, também foram desenvolvidas ações para monetização de alguns ativos não operacionais do Grupo, visando à adequação do fluxo de caixa das empresas do Grupo. Um dos primeiros resultados obtidos foi a venda de fatia da participação da IESA Projetos Equipamentos e Montagens - Em recuperação judicial, em sua Joint Venture com a empresa Triunfo Construtora, a TILISA S.A. O fechamento da operação de venda da participação do Grupo INEPAR na empresa Andritz Hydro Inepar, iniciado antes de a empresa peticionar a recuperação judicial, foi concretizado no ano de 2015, cujos benefícios se estendem desde o acesso a recursos para adesão ao Refis, como nos permitiram consolidar as negociações com Liqueira Energética e Swiss RE, as quais encerraram uma discussão jurídica que se estendia há anos no judiciário e que liberou, no seu fechamento, milhares judiciais sobre quase todos ativos do Grupo.

O foco nas operações de venda de ativos e acordos com credores específicos foram seletivamente definidos para trazerem ganhos não só financeiros, mas também e, talvez tão importantes quanto, ganhos na estrutura de capital e na estrutura societária do Grupo INEPAR. A alienação da participação em Energisa Mato Grosso S.A., por exemplo, resultou em uma diminuição do passivo superior ao valor da efetiva venda.

Outras operações estão sendo analisadas, visando suportar a reestruturação global do Grupo, em ativos operacionais e não operacionais. Todos os recursos já obtidos foram utilizados para a reestruturação e para capital de giro referente a atividades operacionais do Grupo INEPAR.

Em 2016, a Administração continuará empenhada em cumprir o processo de Recuperação Judicial do Grupo INEPAR em todos os seus aspectos e na constante evolução de suas práticas de compliance e governança corporativa. 2016 é também um ano para progredirmos e assegurarmos o desdobramento das metas e objetivos para todos os níveis da organi-

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

zação, visando sempre a geração de valor para nossos Stakeholders. A competência e o empenho de todos aqueles envolvidos no processo de estabilização da Companhia, somados ao apoio e à confiança dos nossos credores, e dos acionistas na Administração, foram fundamentais para que a INEPAR alcançasse uma estrutura de capital equilibrada, tão importante para sua consolidação e retomada de seu crescimento. Avançamos muito em 2015 e, com a contribuição de todos, faremos de 2016 um ano de novas conquistas.

PROCESSO GLOBAL DE REESTRUTURAÇÃO
Em 29 de agosto de 2014, a INEPAR S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial ajuizou em conjunto com as demais empresas do Grupo INEPAR, pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/05 (a LFRF).

A despeito dos esforços da administração junto aos credores, clientes e potenciais investidores, o pedido de recuperação judicial mostrou-se inevitável diante do agravamento da situação de crise econômico-financeira das Companhias. A medida visou proteger o valor dos ativos das sociedades, atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades. Em 15 de setembro de 2014, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005, o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela INEPAR S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial e demais empresas.

A referida decisão determinou, ainda, dentre outras providências:
i. Nomeou, como administrador judicial, a sociedade Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda.
ii. Determinou a suspensão de todas as ações e execuções em curso contra as sociedades do Grupo INEPAR, nos termos do art. 6º, ressalvadas as ações previstas no art. 6º, §§ 1º, 2º e 7º, e o disposto no art. 49º, §§ 3º e 4º, todos da LFRF.
iii. Determinou a dispensa de apresentação de certidões negativas para que as empresas exerçam suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais e creditícios.
iv. Determinou a apresentação, pelas empresas, do plano de recuperação judicial, na forma do art. 53º da LFRF, até o dia 24 de novembro de 2014.

v. Foi designada Assembleia Geral de Credores, em primeira convocação, para o dia 11 de fevereiro de 2015, ocasião em que seria necessária a presença dos credores titulares de mais da metade dos créditos de cada classe, computados pelo valor, e em segunda convocação, para o dia 24 de fevereiro de 2015, quando seria realizada a assembleia com a presença de qualquer número de credores.

Como não houve quórum na primeira convocação, a Assembleia instaurou-se na segunda convocação (em 24/02/2015), ocasião em que, lido o edital de convocação e nomeado um dos credores para o cargo de secretário, a credora Liqueira Energética S.A. solicitou a suspensão da Assembleia, o que, colocado em votação, foi aprovado, pelo que a Assembleia foi suspensa até o dia 17 de abril de 2015, às 10 horas. Porém, com o principal objetivo de finalizar os acordos em andamento com os principais credores esta assembleia foi adiada para 13/05/2015, às 10 horas.

vii. Em 13 de maio de 2015, os credores do Grupo INEPAR, reunidos em Assembleia Geral, deliberaram pela aprovação do Plano de Recuperação Judicial proposto pelas empresas em recuperação.

viii. Em 21 de maio de 2015, o Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo proferiu decisão, homologando o Plano de Recuperação Judicial apresentado pelas empresas do Grupo INEPAR. ix. De acordo com o Plano de Recuperação Judicial, os credores formalizaram a escolha da sua respectiva opção de recebimento dos créditos no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da Homologação Judicial do Plano.

Dando seqüência aos procedimentos legais sobre a Recuperação Judicial, a controladora INEPAR S.A. Indústria e Construções - em recuperação judicial, realizou Assembleias com os acionistas nos dias 14 e 15 de outubro e em 25 de novembro e 28 de dezembro de 2015, visando às emissões das ações e debêntures perpétuas necessárias para cumprir os compromissos com os credores quirográficos da Recuperação Judicial.

Conforme a 84ª AGE, de 25 de novembro de 2015, foram autorizadas a 8ª e 7ª emissões de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$ 167.234 mil para a 8ª emissão e de R\$ 66.433 mil para a 7ª emissão, as quais serão subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existentes de credores quirográficos sujeitos ao plano que optaram pela opção de repagamento C e D do plano, respectivamente. Na mesma AGE, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor total de R\$ 83.978 mil mediante a emissão particular de 23.732.367 novas ações ordinárias pelo preço de R\$ 3,5385 por ação a serem integralizadas por créditos existentes de credores quirográficos sujeitos ao plano que optaram pela opção A e B.

Conforme a 85ª AGE, de 28 de dezembro de 2015, foram autorizadas a 8ª e 9ª emissões de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$ 10.268 mil para a 8ª emissão e de R\$ 3.926 mil para a 9ª emissão, as quais serão subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existentes de credores quirográficos sujeitos ao plano que optaram pela opção de repagamento C e D do plano, respectivamente. Na mesma AGE, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor total de R\$ 79.614 mil, mediante a emissão particular de 22.499.035 novas ações ordinárias pelo preço de R\$ 3,5385 por ação a serem integralizadas por créditos existentes de credores quirográficos sujeitos ao plano que optaram pela opção A e B.

Com base no parecer dos nossos consultores jurídicos efetuamos a reclassificação, para o patrimônio líquido, dos créditos

que não mais representam passivos para a Companhia e serão obrigatoriamente convertidos em debêntures perpétuas e ou ações a serem emitidas oportunamente pela Companhia, perfazendo o montante de R\$ 217.780 mil. De acordo com o Parecer Contábil do Parecer Eliseu Martins, a empresa classificou nas demonstrações financeiras as debêntures perpétuas emitidas como instrumentos patrimoniais, tendo em vista que as mesmas não geram obrigação da companhia de entregar caixa ou outro instrumento patrimonial em condições desfavoráveis, sendo mandatoriamente convertíveis em ações.

A melhoria na estrutura de capital advinda do endividamento tributário também é uma conquista. A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) instituído pela Lei 12.996/2014 de 20/06/2014. A adesão ao referido Refis permitiu uma redução no montante dos débitos, com o aproveitamento dos benefícios previstos na legislação aplicável, de redução de juros, multas e encargos legais, bem como após a liquidação dos Juros e Multas remanescentes por meio da utilização do prejuízo fiscal e base negativa da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido). Quanto ao pagamento inicial de até 20% previsto no Programa Refis, em 27 de julho de 2015, foi concedida decisão judicial favorável quanto à utilização de créditos depositados judicialmente pela empresa AHI. Na consolidação dos débitos no âmbito da RFB e PGFN realizada em setembro de 2015, já utilizados parte destes créditos para liquidação da antecipação prevista na Lei 12.966/2014. As consolidações dos débitos tributários foram efetuadas de acordo com a Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1064 de 30 de julho de 2015. A Companhia está em fase de consolidação dos débitos previdenciários, o que deverá ocorrer em breve.

A INEPAR, cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, efetuou diversas alienações das suas participações societárias, dentre as quais destacamos:
Venda da participação acionária da IESA Projetos na capital da TILISA-Infraestrutura S.A.
Venda da participação acionária da controladora INEPAR no capital da Andritz Hydro INEPAR do Brasil S.A.
Alienação da participação acionária da controladora INEPAR no capital da Energisa Mato Grosso S.A.

Já dentre as medidas de reestruturação operacional, destacam-se:
(i) Integração das atividades de administração - o Grupo INEPAR, ao longo dos últimos anos, manteve as atividades de administração de cada uma de suas empresas de forma segregada e, por consequência dessa decisão, o Grupo mantinha um quadro elevado de funcionários. A partir do segundo semestre de 2014, a companhia iniciou o processo de integração dessas atividades, com consolidação desse processo em 2015, obtendo resultados satisfatórios. Foi promovida uma adequação do quadro funcional, compatível com a situação de mercado e carteira de encomendas da empresa, propiciando sensível redução nas despesas administrativas.

(ii) Melhorias contínuas dos processos - Todas as etapas do processo produtivo foram revistas, visando garantir um melhor controle, acompanhamento e visibilidade dos processos e recursos. Com isso, sabemos da necessidade de investimentos, e iniciamos pelas que demandam poucos recursos financeiros. Algumas ações previstas para ganho de produtividade e otimização de recursos são: (a) maior rigidez e controle das atividades, (b) fusão de departamentos e (c) modernização e substituição de maquinários obsoletos.

Em suma, a mudança positiva na estrutura de capital da INEPAR poderá ser verificada com as alterações nas principais contas de passivo e ativo do Balanço Patrimonial do Grupo na presente Demonstração Contábil da INEPAR S.A. Indústria e Construções - Em recuperação judicial: de 2014 para 2015, a INEPAR registrou uma redução contábil de R\$ 1.539 milhões em seu passivo exigível e um incremento de R\$ 1.154 milhões em seu patrimônio líquido. Entretanto, mesmo com essa melhora substancial, o patrimônio líquido do Grupo Inepar permaneceu negativo em [R\$ 349,4 mil].

A Administração continua engajada e confiante na reversão do patrimônio líquido do Grupo INEPAR que envolve a conclusão do plano de alienação de ativos non-core e reconhecimento de processos judiciais (segundo as normas contábeis vigentes, os processos judiciais só podem ser efetivamente reconhecidos na conta de ativos após decisão favorável em última instância ao passo que os investimentos tanto em ativos operacionais como não operacionais não podem ser reavaliados), e portanto, devem ser reconhecidos apenas quando da sua realização. É oportuno destacar que o Grupo INEPAR tem hoje, em grande volume de discussão de penhas e adicionais contratuais junto aos clientes com alta probabilidade de êxito resultantes de discussões jurídicas e administrativas de operações no escopo, prazo, quantidade, preço, problemas de medição e atrasos de recebimento na prestação de serviços e venda de equipamentos, junto a clientes de economia pública, mista e privada.

AUDITORIA EXTERNA
Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a INEPAR informa que no período encerrado em 31/12/2015 não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras pela Baker Tilly Brasil Auditores & Consultores. A Companhia adota como política atender às regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes. As demonstrações financeiras individuais da Companhia estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e foram parte das demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA
Em observância às disposições constantes em instrução da CVM, a Diretoria declara que discuti, em reunião e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e com os opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, autorizando a sua divulgação.

ATIVO	Balancos Patrimoniais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)					PASSIVO Circulante	Balancos Patrimoniais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)				
	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014			31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
			Reapresentado		Reapresentado			Reapresentado		Reapresentado	
Caixa e equivalentes de caixa	6	174	2.667	5.114	4.833	Fornecedores	16	19.277	19.493	99.070	205.405
Clientes						Financiamentos e empréstimos	17	74.688	886.122	197.211	1.123.416
Contas a receber de clientes faturados	7	21.270	5.826	194.812	99.765	Debêntures	17	115.955	110.083	115.955	569.044
Contas a receber de clientes a faturar	7	-	10.391	65.205	61.502	Salários e encargos sociais	17	16.947	13.343	274.474	327.570
Títulos e valores mobiliários	8	32.780	32.780	32.805	32.805	Impostos e contribuições a recolher	18	207.949	54.376	297.548	201.876
Estoques	9	-	242.266	375.581	375.581	Dividendos propostos	19	4.231	10.493	4.255	10.739
Títulos a receber	10	-	-	21.866	17.929	Provisão de custos e encargos	19	-	-	347.793	347.682
Créditos de impostos	11	20.615	12.314	43.708	28.090	Adiantamentos de clientes	20	8.476	-	86.833	190.334
Dividendos a receber	-	-	-	8.560	8.562	Títulos a pagar	21	3.170	30.631	3.309	33.024
Despesas antecipadas	-	-	3	1.544	597	Outras contas a pagar	26	134.072	18.635	185.894	57.252
Outros créditos	12	989	1.586	27.547	33.350	Total do Passivo Circulante		584.765	1.143.176	1.612.342	3.063.342
Total do Ativo Circulante		75.828	65.567	643.427	663.034	Não Circulante					
Realizável a longo prazo						Exigível a longo prazo	16	245.405	390	272.179	23.851
Clientes						Financiamentos e empréstimos	18	256.052	450.189	445.622	648.343
Contas a receber de clientes faturados	7	-	-	35.917	36.828	Salários e encargos sociais	23	520.365	327.190	21.324	10.958
Contas a receber de clientes a faturar	7	482	482	482	482	Impostos e contribuições a recolher	22.1	35.052	74.197	115.273	115.403
Partes relacionadas	23	541.091	33.194	257.962	158.303	Partes Relacionadas	21	1.600	26.367	1.600	27.498
Títulos a receber	10	7.774	7.774	7.927	7.774	Impostos diferidos	19	2.303	2.303	2.303	2.303
Títulos e valores mobiliários	8	13.071	11.265	72.264	70.458	Títulos a pagar	21	68.497	221.157	124.921	260.301
Créditos de impostos	11	67.355	101.834	121.239	140.116	Provisão de custos e encargos	24	392.371	535.257	1.260	595
Depósitos judiciais	14	14.800	15.205	36.364	40.089	Provisão para passivo a descoberto	25	15.973	15.096	21.916	21.037
Outros créditos	12	-	-	43.322	60.364	Outras contas a pagar	26	-	-	-	-
Investimentos	13	537.544	528.502	262.677	622.574	Total do Passivo Não Circulante		1.537.618	1.652.146	1.022.661	1.110.289
Imobilizado	14	137.673	145.124	381.675	411.502	Participação dos minoritários		-	-	(14.196)	(8.265)
Intangível	15	391.513	391.513	422.299	458.980	Patrimônio líquido da controladora (Passivo a descoberto)		-	-	(14.196)	(8.265)
Total do Ativo Não Circulante		1.711.303	1.234.893	1.642.128	2.007.470	Capital social	27	407.299	398.977	407.299	398.977
Total do Ativo		1.787.131	1.300.460	2.285.555	2.670.504	Gasto com subscrição de ações		(3.073)	(3.073)	(3.073)	(3.073)
						Reserva de capital		155.272	1.995	155.272	1.995
						Reserva de reavaliação		35.669	53.767	35.669	53.767
						Debêntures Perpétuas		247.861	-	247.861	-
						Créditos quirográficos a converter		217.780	-	217.780	-
						Prejuízos Acumulados		(2.200.933)	(2.025.694)	(2.200.933)	(2.025.694)
						Ajuste de avaliação patrimonial		804.873	79.166	804.873	79.166
						Total do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)		(335.252)	(1.494.862)	(335.252)	(1.494.862)
						Total do Passivo e do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)		1.787.131	1.300.460	2.285.555	2.670.504

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)	Nota	Controladora		Consolidado		ATIVIDADES OPERACIONAIS Resultado do exercício	Controladora		Consolidado		
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014		31/12/2015	31/12/2014			
		Reapresentado		Reapresentado			Reapresentado				
Receita operacional líquida	29	19.829	39.586	451.017	619.331	Resultado do exercício	(201.097)	(781.437)	(201.097)	(781.437)	
Custos dos produtos e serviços		(11.455)	(19.319)	(279.727)	(766.801)	Depreciações e amortizações		6.766	6.829	21.886	22.218
Lucro bruto		8.374	20.267	147.290	147.470	Ganho / Perda na alienação de imobilizado/investimentos		(35.660)	-	190.443	6.189
Receitas [despesas] operacionais		(221.520)	(732.606)	(407.981)	(510.356)	Reversão provisão perdidas imobilizado/investimentos		-	-	-	(3.275)
Despesas com vendas		(28)	(890)	(15.550)	(23.322)	Amortização de água Cemad		124.358	-	124.358	-
Perdas/Reversões no recebimento de crédito com clientes		(11.077)	(110.697)	(2.073)	(24.237)	Equivalência patrimonial		94.855	444.582	7.234	(11.159)
Administrativas e gerais		(23.949)	(23.876)	(100.515)	(118.103)	Baixa dos Ajustes de Avaliação Patrimonial - FIDC		-	7.152	-	7.152
Provisões para contingências	24	151.639	(142.311)	64.174	(164.533)	Participação de acionistas minoritários		-			

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014. (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)
NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES - em Recuperação Judicial é uma Companhia de capital aberto e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob nº 76.627.504/0001-06, e NIRE - Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 33.0035492.3. Está sediada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda dos Jurupis, nº 455 - Bairro Moema, CEP 04088-001.

A Companhia tem como atividade a criação de soluções, a fabricação e o fornecimento de bens de capital, equipamentos e serviços destinados a geração, transmissão, distribuição e consumo de energia elétrica; exploração e beneficiamento de petróleo e gás; infraestrutura para movimentação de cargas; transporte ferroviário e metropolitano; implantação e expansão de sistemas de infraestrutura para telecomunicações; participação em consórcios e em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio quotista ou acionista. Tais atividades são desempenhadas diretamente pela Companhia ou através de empresas controladas ou ligadas.

PROCESSO GLOBAL DA REESTRUTURAÇÃO E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em 29 de agosto de 2014, a INEPAR S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial ajuizou, em conjunto com as demais empresas do Grupo Inepar, pedido de recuperação judicial perante o juízo da 14ª Vara Federal de São Paulo, sob o nº 11.101.2005 (a LFRE), o processo do pedido de recuperação judicial ajuizado pela INEPAR S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial e demais empresas.

A referida decisão determinou, ainda, dentre outras providências:
 a) Nomeou, como administrador judicial, a sociedade Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda.
 b) Determinou a suspensão de todas as ações e execuções em curso contra as sociedades do Grupo Inepar, nos termos do art. 6º, §§ 1º, 2º e 3º, e o disposto no art. 49, §§ 3º e 4º, todos da LFRE.
 c) Dispôs da apresentação de certidões negativas para que as empresas exerçam suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais e creditícios, e
 d) Determinou a apresentação, pelas empresas, de plano de recuperação judicial, na forma do art. 53 da LFRE, até o dia 24 de novembro de 2014.

Foi designada Assembleia Geral de Credores, em primeira convocação, para o dia 11 de fevereiro de 2015, ocasião em que seria realizada a presença dos credores titulares de mais da metade dos créditos de cada classe, computados pelo valor, e em segunda convocação, para o dia 24 de fevereiro de 2015, quando seria realizada a Assembleia com a presença de qualquer número de credores.

Como não houve quorum na primeira convocação, a Assembleia instaurou-se na segunda convocação (em 24/02/2015), ocasião em que, lido o edital de convocação e nomeado um dos credores para o cargo de secretário, a Credora Liquefacionadora S.A. solicitou a suspensão da Assembleia, o que, colocado em votação, foi aprovado, pelo que a Assembleia foi suspensa até o dia 17 de abril de 2015, às 10 horas. Porém, como o principal objetivo de finalizar as ações em andamento com os principais credores esta Assembleia foi adiada para 13 de maio de 2015, às 10 horas.

No dia 13 de maio de 2015, os credores do Grupo Inepar, reunidos em Assembleia Geral, deliberaram pela aprovação do plano de recuperação judicial proposto pelas empresas em recuperação.

Em 21 de maio de 2015, o Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo proferiu decisão homologando o Plano de Recuperação Judicial apresentado pelas empresas do Grupo Inepar.

De acordo com o Plano de Recuperação Judicial os credores formalizaram a escolha da sua respectiva opção de recebimento dos créditos no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da Homologação Judicial do Plano, portanto, o prazo encerrou-se em 21 de julho de 2015.

Dando sequência aos procedimentos legais sobre a Recuperação Judicial, a Inepar S.A. Indústria e Construções - em recuperação judicial, realizou Assembleias com os acionistas nos dias 14 e 15 de outubro e em 25 de novembro e 28 de dezembro de 2015, visando às emissões das ações e debêntures perpétuas necessárias para cumprir os compromissos com os credores da Recuperação Judicial de todas as empresas do Grupo.

Portanto, os efeitos das conversões das dívidas em ações e debêntures estão refletidos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015.

Com base em Parecer Contábil do Professor Eliseu Martins, a Companhia classificou nas demonstrações financeiras as debêntures perpétuas emitidas como instrumentos patrimoniais, tendo em vista que as mesmas não geram obrigação da Companhia de entregar caixa ou outro instrumento patrimonial em condições desfavoráveis, sendo mandatoriamente convertíveis em ações.

A diferença entre o passivo baixado e o valor justo da debênture emitida, foi reconhecida como outros resultados abrangentes e não no resultado do exercício.

Ainda, com base no parecer dos nossos consultores jurídicos efetuamos a reclassificação, para o patrimônio líquido, dos créditos que não mais representam passivos para a Companhia e serão obrigatoriamente convertidos em debêntures perpétuas e ou ações a serem emitidas oportunamente pela Companhia, perfazendo o montante de R\$ 217.780 mil.

Destacamos ainda, que conforme as AGE's nºs 84 e 85ª, realizadas em 25 de novembro e 28 de dezembro de 2015 respectivamente, foram autorizadas as 6ª, 7ª, 8ª e 9ª emissão das debêntures perpétuas, totalizando o montante de R\$ 247.861 mil e as mesmas AGE's autorizaram também os aumentos de capital no montante de R\$ 163.592 mil.

O Plano de Recuperação Judicial propiciou a Companhia a aderir ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) instituído pela Lei 12.996/2014 de 20/06/2014. A adesão ao referido Refis permitiu uma redução no montante dos débitos com o aproveitamento dos benefícios previstos na legislação aplicável, de redução de juros, multas e encargos legais, bem como após a liquidação dos juros e multas remanescentes por meio da utilização do prejuízo fiscal e base negativa da GSSL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido). A Companhia está em fase de consolidação dos débitos previdenciários, o que deverá ocorrer em breve.

Porém, cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, efetuou diversas alienações das suas participações societárias, dentre as quais destacamos:

- Venda da participação acionária da lesa na capital da TISA-Infraestrutura S.A.

- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Inepar Telecomunicações S.A.

- Venda da participação acionária da controladora Inepar no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A., o que nos permitiu recursos para a adesão ao Refis, e também permitiu recursos para encerrar o processo jurídico com a Liquefacionadora e Swiss RE.

- Alienação da participação acionária da Inepar na capital das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (atual Energisa Mato Grosso S.A.).

Quanto às medidas de reestruturação operacional, destacamos as seguintes:

- Integração das atividades de administração - o grupo INEPAR, ao longo dos últimos anos, manteve as atividades de administração de cada uma de suas empresas de forma segregada e por consequência dessa decisão, o grupo mantém uma redução elevado de funcionários. A partir do segundo semestre de 2014 a Companhia iniciou o processo de integração dessas atividades e obteve neste exercício resultados satisfatórios reduzindo o quadro de funcionários e gerando uma redução significativa nas despesas administrativas.

- Melhoría contábil dos processos - Todas as metas do processo produtivo foram revistas visando garantir um melhor controle, acompanhamento e visibilidade dos processos e recursos. Com isso, sabe-se da necessidade de investimentos, iniciando pelas metas demandando poucos recursos financeiros. Algumas ações previstas para ganho de produtividade e otimização de recursos são: (i) maior rigidez e controle das atividades; (ii) fusão de departamentos e (iii) modernização e substituição de maquinários obsoletos.

- Redução significativa do endividamento do Grupo Inepar na ordem de R\$ 1.539 milhões, tendo em vista as conversões dos passivos com as debêntures perpétuas e ou ações emitidas.

NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem:

a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente "CPCs") emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial nessas demonstrações.

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e com o acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente "CPCs") emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuído aos acionistas da controladora, o montante das demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Companhia, cuja autorização para sua conclusão foi dada em 29 de abril de 2016.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS
3.1 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Inepar S.A. - Indústrias e Construções - em Recuperação Judicial e suas controladas apresentadas abaixo:

Empresas	Participação - %	
	31/12/2015	31/12/2014
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Penta Participações e Investimentos Ltda.	100,00	100,00
Innovida Participações S.A.	100,00	100,00

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e pela NBC TG 36 (R3), dos quais destacamos os seguintes:

a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as Sociedades incluídas na consolidação;

b) Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio;

c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios com as empresas incluídas na consolidação;

d) Destaque dos valores da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado;

e) Padronização das práticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

3.2 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vinculados ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento em ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.3 Compensação entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.4 Conversão em Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são apresentados em moeda funcional Real (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são mensurados em milhares de Reais.

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

3.6 Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: a) mensurados ao valor justo por meio do resultado; b) recebíveis; c) disponíveis para venda e d) outros ativos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem "contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "caixa e equivalentes de caixa".

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são classificados nas categorias "a" e "b" acima. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moedas estrangeiras de certos instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

Reconhecimento e mensuração:
 As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado ("impairment").

3.7 Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para "impairment" (perdas no recebimento de créditos). Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente e ajustado pela provisão para "impairment" se necessária.

3.8 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos em elaboração corresponde o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

3.9 Investimentos

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

3.10 Imobilizado

A Companhia, com objetivo de mensurar seus ativos imobilizados a valor justo, efetuou em 2010 a atualização pelo custo atribuído.

O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante o período útil estimado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que o valor recuperável estimado.

3.11 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos Intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que foi incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

3.12 "Impairment" de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por "impairment" é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido "impairment", são revisados para a análise de uma possível reversão do "impairment" na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes incluindo o ágio, para determinar se estes ativos sofreram perdas por "impairment".

Estes testes são realizados, de acordo com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, baseado em seu valor de uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter com o bem).

3.13 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.14 Financiamentos e empréstimos

Os financiamentos e empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (constructive obligation), como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidar-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigação seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

Os encargos de imposto de renda e da contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social e o valor econômico dos créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los ou até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.

3.17 Participação nos Lucros

Os programas de participação nos lucros são definidos diretamente pelas empresas controladas e coligadas.

No consolidado, a Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo Sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

3.18 Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios e, no consolidado, inclui o reconhecimento do resultado dos contratos de construção por empreitada e fornecimentos, calculados pelos percentuais de estágios da execução dos projetos com base na relação existente entre a receita estimada atualizada e os custos orçados estimados e os custos incorridos, de acordo com a Resolução CFC nº 1.411/12 que deu nova redação à Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 17 - Contratos de Construção do Conselho Federal de Contabilidade.

3.19 Reconhecimento das Receitas de Vendas

As receitas de vendas, no consolidado, compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a remuneração pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções, bem como, após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) é provável que benefícios econômicos fluirão para a entidade;
- (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todos as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda; e
- (iv) pelo método da demonstração completa, a receita do contrato é reconhecida na Demonstração do Resultado nos períodos contábeis em que o trabalho for executado, o mesmo ocorrendo com os custos do trabalho com os quais se relaciona, conforme determina a NBC TG 17 - Contratos de Construção.

3.20 Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

3.21 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação e demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) o valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) "impairment" dos ativos imobilizados, intangíveis;
- d) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do imposto de renda e da contribuição social;
- e) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.

3.22 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não entraram em vigor até 31 de dezembro de 2015. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

• **IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"**, aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e revisado em outubro de 2010. O IFRS 9 é o primeiro padrão emitido como parte de um projeto maior para substituir o IAS 39. O IFRS 9 retém, mas simplifica, o modelo de mensuração e estabelece duas categorias de mensuração principais para os ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A determinação deve ser feita no momento inicial da contratação do instrumento financeiro. A base de classificação completa, a receita do contrato é reconhecida no balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), que estão identificados com a nomenclatura "Reapresentado", referente ao estorno da reversão de passivo realizada de forma inadequada no exercício de 2013, de débitos indevidamente incluídos no Refis estabelecido pela Lei nº 12.865/13, de 09 de outubro de 2013, já que os referidos débitos não estavam em consonância com a referida Lei. Também foram registrados como despesas financeiras no exercício de 2014 os juros incidentes sobre os passivos anteriormente revertidos.

Abaixo, quadro demonstrando as alterações efetuadas nos saldos comparativos representados nestas informações:

	Posição contábil em 31/12/2014	Ajuste para equiparação das demonstrações	Posição Ajustada em 31/12/2014
Controladora			
Passivo não Circulante			
Impostos e contribuições a recolher	(a) 125.459	324.730	450.189
Provisão para passivo a descoberto	(a) 454.191	81.066	535.257
Prejuízos acumulados até 2013	(a) (876.121)	(368.136)	(1.244.257)
Resultado do exercício de 2014	(a) (743.777)	(37.660)	(781.437)
Consolidado			
Passivo não Circulante			
Impostos e contribuições a recolher	(a) 242.547	405.796	648.343
Patrimônio Líquido			
Prejuízos acumulados até 2013	(a) (876.121)	(368.136)	(1.244.257)
Resultado do exercício de 2014	(a) (743.777)	(37.660)	(781.437)
(a) Reversão de ajuste referente ao REFIS.			

(I) Títulos a pagar

São valores devidos a terceiros, principalmente, por conta de acordos judiciais, e os valores estão atualizados pelo IGP.M.

(J) Outras contas a pagar

São valores devidos às empresas constituídas em consórcios/SCP, e seus valores estão atualizados.

NOTA 6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Bancos Conta Movimento	19	18	4.763	1.994
Aplicação Financeira	155	2.849	351	2.839
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	174	2.867	5.114	4.833

Caixa e equivalentes incluem caixa, contas bancárias nacionais e aplicações financeiras estruturadas em CDBs remunerados por taxas que variam entre 100,0% a 102,0% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

NOTA 7 - CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Clientes Interno	33.663	28.633	343.087	228.909
Clientes Externo	-	8	6.209	2.565
Empresas Ligadas	-	-	-	246
Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa	(11.911)	(11.942)	(52.880)	(33.143)
Total	21.752	16.899	296.416	198.577

Circulante Não circulante

Os valores contabilizados em Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa são apurados após análise individual de cada cliente, levando-se em consideração o período de atraso dos valores a receber e a situação atual de cada devedor.

NOTA 8 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Debêntures Ibrafem (a)	13.071	11.189	72.264	70.382
Outras Aplicações e Títulos (b)	32.780	32.856	32.805	32.881
Total	45.851	44.045	105.069	103.263

Circulante Não circulante

a) O valor de R\$ 72.264 no consolidado (R\$ 70.382 em 31/12/2014) refere-se, principalmente, a 46.060 debêntures não conversíveis em ações de emissão da Ibrafem Estruturas Metálicas S.A., emitidas em 30 de novembro de 2010, sendo 7.320 debêntures pertencentes à Inepar e 38.740 debêntures pertencentes à Ibratransportes S.A., em Recuperação Judicial.

b) Refere-se, principalmente, a compra de direitos creditórios, conforme instrumento particular assinado entre a Inepar e a empresa Atlântico Agropastoril Ltda., cujos valores serão utilizados para liquidação de passivos tributários (ICMS).

NOTA 9 - ESTOQUES

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Produtos em elaboração	2.116	1.236
Insumos e materiais	156.750	157.498
Adiantamentos a fornecedores	36.251	78.889
Importações em andamento	45.149	137.959
Total	242.266	375.581

Os saldos em elaboração refere-se a custos de obras em andamento que foram suportados pelas Companhias coligadas e controladas e que ainda não foram medidos ou cobrados dos clientes; a realização destes valores está condicionada ao cumprimento de etapas de serviços que serão faturados aos clientes ao longo da execução dos projetos (obras).

NOTA 10 - TÍTULOS A RECEBER

O saldo de títulos a receber está composto por valores da Inepar S.A. Indústria e Construções - em recuperação judicial e das controladas IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial e Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Créditos com terceiros (a)	7.774	7.774	7.774	7.774
Créditos com Prefeitura de Chapeó (b)	-	-	17.706	17.912
Debêntures 1ª emissão CDB	-	-	4.142	-
Outros créditos	-	-	171	17
Total	7.774	7.774	29.793	25.703

Circulante Não circulante

a) O valor lançado na rubrica de créditos com terceiros refere-se, aos créditos contra a DNOS - Depto Nacional de Obras e Saneamentos, por conta de processo em que a Inepar obteve decisão judicial favorável.

b) O valor de R\$ 17.706, lançado no consolidado, refere-se aos créditos devidos pela Prefeitura Municipal de Chapeó e está contabilizado na controlada Penta Participações e Investimentos Ltda.

NOTA 11 - CRÉDITOS DE IMPOSTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de renda e contribuição social diferido (a)	317	17.953	317	17.953
ICMS e contribuições a compensar	3.858	4.350	6.209	8.872
Imposto a recuperar	53	53	4.300	2.073
IPI a recuperar	974	974	1.544	1.355
Pis/COFINS Lei 9.718/98	8.439	8.439	8.439	8.439
Adiantamentos efetuados - Parcelamentos (b)	20.241	15.737	33.984	20.566
Impostos e contribuições retidos na fonte	165	154	5.235	6.398
IRPJ Diferido sobre Diferenças Temporárias	25.540	41.355	54.510	64.709
CSLL Diferido sobre Diferenças Temporárias	9.194	14.888	19.623	23.295
Créditos tributários transferidos de terceiros (c)	1.998	-	6.069	-
Créditos fiscais a compensar	6.423	-	11.791	-
Demais Créditos (d)	10.768	10.245	12.926	14.546
Total	87.970	114.148	164.947	168.206

Circulante Não circulante

a) Os valores referentes ao imposto de renda e a contribuição social diferidas, na controladora, referem-se a créditos sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social, reconhecidos até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.

b) Constituição de créditos por conta de pagamentos efetuados junto à Receita Federal do Brasil.

c) Refere-se aos créditos fiscais recebidos da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A., que foram transferidos para a Inepar S.A. Indústria e Construções, quando da venda da participação acionária da AHI, realizada neste exercício. Estes créditos foram utilizados pela Inepar para liquidação da parcela inicial de até 20% prevista no programa Refis Lei 12.996/2014. O saldo remanescente será utilizado para pagamento das parcelas vincendas deste parcelamento. Para a utilização destes créditos a Inepar obteve parecer favorável da 1ª Vara da Subseção Judiciária de Aracaju-SE.

NOTA 12 - OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Adiantamento a Empregados	65	133	2.435	2.435
Créditos com empresas constituídas em SCP (a)	-	-	8.847	8.847
Adiantamento a Fornecedor	382	1.013	5.034	1.053
Notas de Débito a Emitir / Receber	-	-	729	500
Valores a Receber - venda participação THISA (b)	-	-	29.803	60.335
Créditos com a Central Companhia Transporte (c)	-	-	16.293	16.293
Outros	542	440	7.798	4.251
Total	989	1.586	70.869	93.144

Circulante Não circulante

a) Refere-se aos adiantamentos efetuados às sócias da SCP (Sociedade por Conta de Participação) IESA/Consbem, responsável por um empreendimento junto a Companhia de Transporte de Salvador (CTS).

b) Refere-se à venda pela IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em recuperação judicial, de 32,47% da participação societária da TIISA - Triunfo IESA Infraestrutura S.A., conforme contrato de compra e venda de ações de 01/12/2014, devidamente aprovada pelo Juiz da Recuperação Judicial.

c) Refere-se à ação ordinária de cobrança em fase de cumprimento de sentença movida contra a Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística.

NOTA 13 - INVESTIMENTO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Participação em controladas/coligadas (a)	534.905	363.136	226.385	423.752
Saldo de ação apurado em Investimento (b)	-	162.374	-	162.374
Bens não operacionais (c)	23	376	23	376
Propriedade para Investimentos (d)	-	-	32.765	32.765
Outros investimentos (e)	2.616	2.616	3.304	3.304
Total	537.544	528.502	262.677	622.574

	Capital		Patrimônio Líquido		Resultado do Exercício		Resultado de Equivalência		Valor do Investimento	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Controladas/Coligadas	200.809	-	385.825	(131.938)	(131.938)	(131.938)	-	-	-	-
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. (i)	146.174	200.809	41.562	(11.938)	(5.968)	-	169.204	171.838	169.204	171.838
Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A. (ii)	2.837	340.313	340.313	(14.139)	(14.139)	6.436	168.416	168.416	168.994	169.982
Companhia Brasileira de Diques S.A. (iii)	230.601	169.420	6.436	-	-	-	-	-	-	-
Penta Participações e Investimento Ltda. (iv)	191.423	196.282	51.757	51.757	51.757	51.757	196.282	196.282	196.282	196.282
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	12.541	(6.546)	(9.669)	(8.112)	-	-	-	-	-	-
Innovida Participações S.A.	-	-	-	(94.855)	-	-	534.905	363.136	-	-

Quantidade de ações possuídas (em milhares)

Participação no capital votante em %

Controladas/Coligadas

IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. 149.799 - 74,60 100,00
Companhia Brasileira de Diques S.A. 289 - 49,72 100,00
Penta Participações e Investimento Ltda. 230.601 - 100,00 100,00
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. 246.396 - 100,00 100,00
Innovida Participações S.A. 12.541 - 100,00 100,00

(I) IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial

A Companhia capitalizou a controlada IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial, mediante a transferência de acervo técnico e máquinas e equipamentos, com base em seus valores de mercados, definidos em laudos de avaliações emitidos por empresa especializada, em 30 de abril e 31 de maio de 2003 e Instrumento Particular de Transferência, celebrado em 07 de abril de 2003.

Tendo em vista a IESA अपना Patrimônio Líquido negativo em 31 de dezembro de 2015, a Inepar constituiu provisão até a totalidade do valor do passivo a descoberto conforme descrito na nota 25.

(ii) Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.

Em 13 de fevereiro de 2015 foi assinado contrato de compra e venda de ações em que a Inepar S.A. Indústria e Construções alienou para a Andritz Brasil Ltda a totalidade de sua participação na Andritz Hydro Inepar S.A., representadas por 29.046.870 ações pelo valor de R\$ 52.500. Com a efetivação da venda da participação que a Inepar possuía na Andritz, o processo de descrito acima está sendo encerrado.

(iii) Companhia Brasileira de Diques S.A.

Refere-se à aquisição, em 31 de março de 2012, de 50% de participação no capital da Companhia Brasileira de Diques, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e outras Avenças, no valor de R\$ 608.734.

Conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária, de 29 de Junho de 2014, foi deliberado sobre o aumento do Capital no montante de R\$ 986 mediante a emissão de 3.288 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R\$ 300,00. O referido aumento de capital foi subscrito e integralizado pela Partbank Consultoria Financeira e Administração de Bens e Participações Ltda. Desta forma, a participação da INEPAR S.A. Indústria e Construções - em recuperação judicial foi reduzida para 49,72%.

(iv) Penta Participações e Investimentos Ltda.

Refere-se ao investimento realizado na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. em 2004 através da participação acionária mantida na empresa Centrais Elétricas Matogrossenses - CEMAT. Em 11 de dezembro de 2015, a participação acionária na CEMAT foi transferida para o BNDES para abateimento das dívidas junto a este órgão.

b) Saldo de ação apurado em investimento

Refere-se ao ação apurado sobre recompra de 44.997.530 ações preferenciais da Inepar Energia S.A. (sociedade incorporada) junto ao BNDESPAR, por conta do exercício de direito de venda estipulado no contrato de "put option". Este ação está fundamentado por expectativa de rentabilidade futura nas operações das Centrais Elétricas Matogrossenses - CEMAT, principal atividade operacional da sociedade incorporada Inepar Energia S.A., e foi apurado com base em Laudo apresentado por empresa especializada. Em 31 de dezembro de 2015 efetuamos a baixa deste ação em virtude da alienação deste investimento ao BNDES, conforme Termo de abertura de proposta emitido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e homologado pelo MM. Juiz de Direito responsável pelo processo de recuperação judicial da Companhia.

c) Bens não operacionais

Refere-se a imóveis (terrenos) de propriedade da Companhia.

d) Propriedade para Investimentos

Corresponde ao imóvel localizado na cidade de Magé no Estado do Rio de Janeiro, que foi transferido pela controlada indireta IESA Óleo & Gás S.A. - em Recuperação Judicial. Conforme distrito de 01/10/2014, o imóvel acima foi devolvido a IESA Óleo & Gás S.A. - em recuperação judicial.

e) Outros investimentos

O valor de outros investimentos no consolidado corresponde principalmente aos investimentos na Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A..

NOTA 14 - IMOBILIZADO

	Terrenos		Edificações e Beneficiários		Máquinas e Equipamentos		Móveis e Utensílios		Veículos		Instalações e Ferramentas		Equipamentos de Informática		Outros		Total
	0%	4% a 25%	25%	10% a 40%	10%	2%	2% a 10%	2% a 10%	1%	1% a 10%	10% a 30%	10% a 30%	10% a 30%				
Taxas anuais de depreciação																	
Em 31 de Dezembro de 2014																	
Custo	20.129	197.815	25.061	2.426	12	13.585	4.940	3.989	267.957								
Depreciação Acumulada	(80.254)	(23.571)	(2.403)	(12)	(9.897)	(4.929)	(1.767)	(122.833)									
Valor contábil líquido	20.129	114.244	1.490	23	3.688	(8.070)	3.173	2.222	145.124								
Baixas	-	(1.408)	(2.405)	(3)	(2.567)	(4.924)	-	(16.807)									
Depreciação	-	(4.003)	(192)	(3)	(2.567)	(4.924)	-	(6.766)									
Baixas de Depreciação	-	1.347	2.401	550	7.449	4.924	-	16.122									
Saldo Final	20.129	113.558	1.237	15	501	9	2.222	137.673									
Em 31 de Dezembro de 2015																	
Custo	20.129	197.815	23.653	21	-	5.515	16	3.989	251.150								
Depreciação Acumulada	(84.257)	(22.614)	(5)	(5)	-	(5.014)	(7)	(1.767)	(113.477)								
Valor contábil líquido	20.129	113.558	1.237	16	-	501	9	2.222	137.673								

	Terrenos		Edificações e Beneficiários		Máquinas e Equipamentos		Móveis e Utensílios		Veículos		Instalações e Ferramentas		Equipamentos de Informática		Imobilizações		Total
	0%	4% a 25%	25%	10% a 40%	10%	2%	2% a 10%	2% a 10%	1%	1% a 10%	10% a 30%	10% a 30%	10% a 30%				

NOTA 22 - IMPOSTOS DIFERIDOS

22.1 **Impostos Diferidos**
O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON e pela Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias ou até o limite do valor registrado de tributos diferidos passivos.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferidos durante o exercício são as seguintes:

	Controladora			Tributos Diferidos Ativos			Tributos Diferidos Passivos		
	Prejuízos Fiscais e Base Negativa	Diferenças Temporárias	Total	Reserva de Reavaliação	Impostos sobre Lucros Estadais	Impostos sobre Lucros Estadais	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	Total
Em 31 de dezembro de 2014	17.954	56.243	74.197	17.952	56.886	(641)	-	-	74.197
Constituição dos Tributos	17.427	-	17.427	-	-	-	16	-	16
Baixa dos Tributos	(35.064)	(21.508)	(56.572)	(618)	(38.543)	-	-	-	(39.161)
Em 31 de dezembro de 2015	317	34.735	35.052	17.334	18.343	(625)	-	-	35.052

	Controladora			Tributos Diferidos Ativos			Tributos Diferidos Passivos		
	Prejuízos Fiscais e Base Negativa	Diferenças Temporárias	Total	Reserva de Reavaliação	Impostos sobre Lucros Estadais	Impostos sobre Lucros Estadais	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	Total
Em 31 de dezembro de 2014	30.449	75.510	105.959	17.952	5.265	5.387	74.480	12.319	115.403
Constituição dos Tributos	25.793	7.143	32.936	-	41.579	258	-	1.521	43.358
Baixa dos Tributos	(42.168)	(22.275)	(64.443)	(618)	(2.678)	(245)	(39.865)	(82)	(43.488)
Em 31 de dezembro de 2015	14.074	60.378	74.452	17.334	44.166	5.400	34.615	13.758	115.273

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Prejuízo Antes dos Tributos sobre o Lucro IRPJ / CSLL Alíquota Nominal	(280.441)	Reapresentado (814.048)	(351.286)	Reapresentado (861.622)
Total Tributos	34%	34%	(2.206)	34%

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ajustes Apuração Alíquota Efetiva				
Adições/Exclusões	(55.463)	(118.457)	(68.438)	60.889
Prejuízo Fiscal	79.344	-	142.400	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	55.463	151.158	71.529	(3.794)
IRPJ / CSLL no Resultado	79.344	32.701	143.285	57.095
Tributos Correntes	79.871	548	176.511	1.986
Tributos Diferidos	(527)	32.153	(33.226)	55.109
Alíquota Efetiva	28,29%	4,02%	-40,79%	-6,63%

NOTA 23 - PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas foram realizadas a valores e prazos usuais de mercado e os valores relativos às operações envolvendo as empresas incluídas no processo de consolidação já se encontram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas uma vez que se compensam. No exercício de 2014 a Companhia procedeu ao encontro de contas e a liquidação dos saldos habilitados por credores e girográficos entre as empresas do Grupo Inepar que se encontram em Recuperação Judicial, através da cessão de créditos entre as empresas, compensação entre saldos devedores e girográficos, bem como pela transferência de créditos para a conta de adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC. A ratificação dos lançamentos foi aprovada pela Assembleia dos Credores realizada em 13 de maio de 2015.

Os principais saldos das operações estão assim demonstrados em 31 de dezembro de 2015:

	Ativo Circulante		Ativo Não Circulante	
	Contas a Receber de	Mútuos	Contas a Receber de	Mútuos
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.	-	766	-	-
Penta Participações Ltda	-	-	-	105
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	-	-	66.886	-
Inepar Administração e Participações S.A.	-	-	65.575	2.146
Inepar Telecom	-	-	252	-
IESA - Óleo & Gás S.A	-	-	183.491	-
Sadefem	-	-	45.239	-
TT Brasil	-	-	1.925	-
IESA Transportes	-	-	48.962	-
Inepar Administração e Participações S.A.	-	-	2.146	-
Contas a Receber Empresas ligadas	-	-	4.585	-
Afac Companhia Brasileira de Diques S.A.	-	-	-	15.000
Afac Inepar Innovida Latin America S.A.	-	-	6	6
Afac Inepar Innovida Participações S.A.	-	-	5.400	5.400
Afac Penta Participações S.A.	-	-	9.891	9.891
Afac Usina Hidrelétrica de Cubatão	-	-	646	646
	-	766	541.091	33.194
	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	Títulos a Pagar		Mútuos	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
	-	-	32.969	1.101
	-	1.993	-	-
	-	-	61.827	55.984
	-	-	270.085	270.085
	-	-	155.464	-
	-	-	20	20
	-	1.993	520.365	327.190
	Passivo Não Circulante		Títulos a Pagar	
	Mútuos		Mútuos	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
	-	-	-	3.161
	-	-	-	3.161

	Resultado (Receitas)		Resultado (Despesas)	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Recargas Financeiras				
	3.302	2.200	-	-
	-	-	642	-
	-	739	246	6.985
	-	599	-	-
	-	1.370	-	-
	15	4.896	250	-
	15	10.906	2.696	7.627

	Resultado (Receitas)		Resultado (Despesas)	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Recargas Financeiras				
	3.302	2.200	-	-
	-	-	642	-
	-	739	246	6.985
	-	599	-	-
	-	1.370	-	-
	15	4.896	250	-
	15	10.906	2.696	7.627

No valor de R\$ 541.091, lançado no ativo não circulante estão incluídos os seguintes itens:
a) Valor de R\$ 427.741 referentes aos passivos das empresas controladas e ligadas cujas dívidas foram convertidas em debêntures permissivas e ou ações emitidas e ou a emitir pela Inepar;
b) Valor de R\$ 81.274 referentes aos créditos fiscais recebidos da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A. que foram transferidos para a inepar quando da venda da participação acionária da AHI realizada neste exercício. Estes créditos foram transferidos para as demais empresas do Grupo Inepar para serem utilizados na liquidação da parcela inicial de até 20% prevista no programa REFIS Lei 12.996/2014.
c) Valor de R\$ 15.643 referentes aos valores registrados em contas de AFAC.
d) Valor de R\$ 16.133 referentes a operações diversas.

Mútuos: a tabela a seguir, apresenta a movimentação de mútuos com empresas controladas, coligadas e da controladora, e demonstra a variação monetária líquida dos saldos de contratos remanescentes. As taxas utilizadas nos contratos de mútuo são pré-fixadas e refletem o custo de captação de recursos no mercado. O saldo é exigível a qualquer tempo para as Companhias controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial e IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial.

	Ativo Circulante		Ativo Não Circulante	
	Contas a Receber de	Mútuos	Contas a Receber de	Mútuos
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	-	66.886	-	66.886
AFAC - Companhia Brasileira de Diques S.A.	15.000	(15.000)	-	-
Penta Participações Ltda	105	(120)	15	-
Inepar Administração e Participações S.A.	2.146	63.429	-	65.575
Inepar Telecom	-	252	-	252
IESA - Óleo & Gás S.A	-	183.491	-	183.491
IESA - Proj. Equip. Montag. S.A.	-	106.087	-	106.087
Sadefem	-	45.239	-	45.239
TT Brasil	-	1.925	-	1.925
IESA Transportes	-	48.962	-	48.962
Inepar Administração e Participações S.A.	-	2.146	-	2.146
Contas a Receber Empresas ligadas	-	4.585	-	4.585
AFAC - Penta Participações Ltda.	9.891	-	-	-
AFAC - Inepar Innovida Participações S.A.	5.400	-	-	5.400
AFAC - Inepar Innovida Latin America S.A.	6	-	-	6
AFAC - Usina Hidrelétrica de Cubatão	646	-	-	646
	33.194	507.882	15	541.091

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
IESA - Óleo & Gás S.A (a)	55.984	5.597	246	61.827
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. (b)	1.101	29.668	2.200	32.969
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. (c)	270.085	-	250	155.464
Penta Participações e Investimentos Ltda (d)	20	155.214	-	155.464
Demais Empresas	-	20	-	-
	327.190	190.479	2.696	520.365

a) Refere-se aos valores a pagar decorrentes da compra de 86.659 ações ordinárias da Companhia Brasileira de Diques pela Inepar Administração e Participações S.A. - em Recuperação Judicial, cujo crédito foi transferido para a Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial.
b) Refere-se, principalmente, aos recebíveis registrados na controlada Iesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A que foram envolvidos na negociação da venda da participação da Inepar na Andritz conforme descrito na nota explicativa nº 13.
c) Refere-se à transferência de direitos sobre ativos financeiros utilizados pela Companhia para liquidação da alienação de 50% da participação na Companhia Brasileira de Diques.
d) Refere-se, principalmente, ao valor do investimento nas Centrais Elétricas Matogrossense S.A.-CEMAT alienado pela controladora da Penita a favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, pelo valor de R\$ 151.792, conforme decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através do processo nº 1010111-27.2014.8.26.0037. Este valor foi utilizado para amortização de parte da dívida da Inepar junto ao BNDES.

NOTA 24 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS
A Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e civil. Para estes processos, a Companhia apresentou defesa administrativa e judicial e as provisões foram efetuadas de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos. A administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída para os processos cuja perda é considerada como provável é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionados aos processos em discussão.

	31/12/2015		31/12/2014	
	Controladora	Controladora	Controladora	Controladora
Trabalhistas				
Tributárias	359.384	37.428	122.519	7.423
Cíveis	62.960	3.799	193.312	185.260
	422.344	68.497	316.233	221.157

Trabalhistas - reclamatórias trabalhistas vinculadas em sua maioria a vários pleitos indenizatórios. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, os riscos contingências totais montam em R\$ 27.270 e a provisão constituída considera uma redução deste valor com base em um histórico de acordos e trabalho técnico-jurídico desenvolvido nas ações.
Tributárias - representadas basicamente por autuações estaduais e federais e pedidos de indenização ou compensação de tributos, que se encontra em processo de julgamento.
Cíveis - na maior parte compostas por ações de execução, cobrança e indenização.

Processo Itiquira
Visando o encerramento do litígio judicial entre Itiquira Energética S.A. e a Inepar S.A. Indústria e Construções, objeto da execução nº 0135394-63.2006.8.26.0100, em trâmite perante a 34ª Vara Cível do Fórum Central da Capital, foi acordado que a empresa de seguros Swiss Re Corporate Brasil Seguros pagará a Itiquira Energética S.A., o valor de R\$ 35 milhões e se sub-rogará contra a Inepar no valor de R\$ 27,5 milhões. Caberá, portanto, à Inepar efetuar o pagamento de R\$ 27,5 milhões no prazo de 8 anos em parcelas mensais, o que resultou na reversão parcial da provisão de R\$ 141 milhões, lançada na conta "Provisões para contingências".

Processo SPIE ENERTRANS
A Companhia foi condenada em um processo arbitral estrangeiro movido pela empresa italiana SPIE ENERTRANS, tendo a sentença já sido homologada no Brasil pelo Superior Tribunal de Justiça, estando neste momento em fase de execução perante a Justiça Federal de São Paulo, execução aquela que por sua vez continua suspensa em razão do deferimento do pedido de recuperação judicial da Companhia no último dia 15 de setembro pelo Juízo da Primeira Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Cível da Comarca de São Paulo/Capital. Este processo foi baixado do passivo da empresa em função da conversão da dívida em debêntures permissivas e ou ações emitidas de acordo com o Plano de Recuperação Judicial.

Contrato com a Tupi BV / Petrobras
O contrato assinado entre a Iesa Óleo & Gás S.A. - em recuperação a Tupi B.V ("TUPI") em 26 de julho de 2012, com aditivos posteriores, para realizar a construção de unidades de FPSOs (Floating Production Storage and Offloading), que são grandes equipamentos flutuantes utilizados na produção, estocagem e transferência de petróleo, foi rescindido unilateralmente pela Tupi B.V., Conforme previsto em cláusula contratual, será instaurado processo de arbitragem internacional para apuração dos valores definitivos decorrentes dessa rescisão unilateral, abrangendo, principalmente, registros de contas a receber, adiantamentos a fornecedores, estoques, provisão para custos a incorrer.

NOTA 25 - PROVISÃO PARA PASSIVO A DESCOBERTO
Refere-se à provisão do passivo à descoberto no montante total R\$ 392.371 para as controladas IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial e Inepar Innovida Participações S.A.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Consbem	-	-	2.508	2.508
Gastos com despesas aduaneiras	-	-	3.129	2.402
Delit	-	-	3.168	2.866
Obrigações imóvel Macaé	3.000	3.000	3.000	3.000
Provisões diversas	9.842	3.901	12.777	6.172
TIISA	-	-	4.182	4.182
RTT Participações	-	-	4.379	4.781
Participações nos lucros propostos	-	-	3.485	5.739
Bressa Participações	-	-	5.710	1.977
Alstom	-	-	-	7.000
Gesempre Gestão Empresarial S.A.	-	-	20.884	-
Outras contas a pagar (c)	44.835	11.830	52.220	22.662
Indústria Verolme	-	15.000	-	15.000
Swiss Re Corporate (a)	23.773	-	23.773	-
Andritz Hydro (b)	68.595	-	68.595	-
	150.045	33.731	207.810	78.289
Circulante	134.072	18.635	185.894	57.252
Não circulante	15.973	15.096	21.916	21.037

a) Refere-se ao acordo assinado com a Itiquira Energética S.A. através da empresa Swiss Re Corporate Brasil Seguros, para o encerramento do litígio entre Itiquira e Inepar, objeto da execução nº 0135394-63.2006.8.26.0100, em trâmite na 34ª vara cível do fórum central da capital.
b) Refere-se ao saldo a pagar para Andritz Hydro por conta da liquidação de créditos tributários que estão sendo utilizado pela Inepar para liquidação da parcela inicial de até 20% do Programa REFIS da Lei nº 12.996/2014. Este valor será transferido em 60 parcelas mensais.
c) Refere-se, principalmente, ao registro das obrigações constituídas para atender aos acordos efetuados através do Plano de Recuperação Judicial.

NOTA 27 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) **Capital Social**

DIRETORIA EXECUTIVA		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Warley Isaac Noboa Pimentel - Diretor Presidente	Ricardo Woltowicz - Diretor Comercial	Atilano de Oms Sobrinho	Di Marco Pozzo
		Irajá Galliano Andrade	Jauneval de Oms
			Valdir Lima Carreiro
			Carlos Alberto Del Claro Gloger
			Cesar Romu Fiedler
			Marcelo Alves Varejão
CONTADOR: Jair Malpica - CPF 667.583.788-53 - CRC-ISP100417/O-6			

PARECER DO CONSELHO FISCAL
a administração e as demonstrações financeiras encontram-se em condições de serem apreciadas e votadas pela assembleia geral ordinária de acionistas. Nos termos do inciso II do artigo 63, da lei nº 6.404/76, devem ser consideradas as informações complementares constantes da Ata, deste Conselho Fiscal, desta data e os parágrafos de ênfase apontados no parecer pelos auditores independentes acima mencionados. Curitiba, 14 de abril de 2016. Adryan Monge Jara; Camille Cruz; José Higinio Buczenko; Arthur Tomatore Sienferrer; Rubens Gerigk.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Examinamos também as demonstrações contábeis consolidadas da Inepar S.A. Indústria e Construções - em recuperação judicial e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Inepar S.A. Indústria e Construções - em recuperação judicial em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Inepar S.A. Indústria e Construções - em recuperação judicial em 31 de dezembro de 2015, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

i) Recuperação judicial

Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Inepar S.A. Indústria e Construções - em recuperação judicial encontra-se em recuperação judicial desde o ano de 2014. O plano de recuperação judicial apresentado pela Companhia foi aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo no ano de 2015. Os efeitos das conversões das dívidas quirográficas, inclusive das empresas ligadas, em ações e debêntures perpétuas da Inepar S.A. Indústria e Construções - em recuperação judicial foram refletidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2015. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, as quais preveem a liquidação de suas obrigações no curso normal de atividades. A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2015, passivo à descoberto de R\$ 335.252 mil, prejuízo do exercício de R\$ 201.097 mil e passivo circulante superior ao ativo circulante em R\$ 508.937 mil. A efetiva execução

do plano de recuperação aprovado definirá a perspectiva da Companhia fazer face aos seus compromissos e dar continuidade normal às suas operações. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

ii) Cancelamento de contrato de fornecimento pela empresa controlada IESA Óleo e Gás S.A. - em recuperação judicial para o cliente Tupi BV / Petrobras

Conforme descrito na nota explicativa nº 24 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o contrato de fornecimento de grandes equipamentos flutuantes para produção, estocagem e transferência de petróleo, pela empresa controlada indireta IESA Óleo e Gás S.A. - em recuperação judicial, para o cliente Tupi BV, empresa do Grupo Petrobras, foi rescindido unilateralmente pelo cliente. Conforme previsto em cláusula contratual, será instaurado processo de arbitragem internacional para apuração dos valores definitivos decorrentes dessa rescisão unilateral, abrangendo, principalmente, valores registrados nas rubricas de contas a receber, adiantamentos a fornecedores, estoques e provisão para custos a incorrer. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

iii) Mútuo a receber de pessoa ligada - Sadefem Equipamentos e Montagens S.A. - em recuperação judicial

Conforme descrito na nota explicativa nº 23 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2015 encontram-se registrados, no grupo de Partes Relacionadas, no Ativo Não Circulante, R\$ 45.239 mil nas demonstrações contábeis individuais e R\$ 176.266 nas demonstrações consolidadas, referentes à mútuos a receber da sociedade Sadefem Equipamentos e Montagens S.A. - em recuperação judicial. A realização destes saldos está vinculada a execução do plano de recuperação judicial aprovado pelos credores e homologado judicialmente, de maneira a viabilizar a continuidade das operações por parte da administração da pessoa ligada. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

iv) Debêntures a receber da Ibrafem Estruturas Metálicas

Conforme descrito na nota explicativa nº 8 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia mantém registrados saldos a receber de R\$ 13.071 mil nas demonstrações contábeis individuais e R\$ 72.264 mil nas demonstrações contábeis consolidadas, referentes a debêntures não conversíveis emitidas pela Ibrafem Estruturas Metálicas S.A. que, por sua vez, tem como principal ativo a participação no capital social da Sadefem Equipamentos e Montagens S.A. - em recuperação judicial. A realização desse saldo a receber de debêntures está vinculada a execução do plano de recuperação judicial aprovado pelos credores e homologado judicialmente, de maneira a viabilizar a continuidade das operações por parte da administração da pessoa ligada. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

v) Reapresentação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014

Conforme descrito na nota explicativa nº 4 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas ao exercício findo 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas sob esta denominação, como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, incorporando o estorno da reversão, realizada de forma inadequada no exercício de 2013, de passivos incluídos no Refis (Lei nº 12.865/13 de 09 de outubro de 2013) que não estavam em consonância com a referida Lei, bem como, o reconhecimento como despesa financeira dos juros incorridos no exercício de 2014 sobre esses passivos revertidos em 2013. Auditamos e concordamos com esse ajuste. O referido erro foi objeto de parágrafo no relatório de auditoria, com abstenção de opinião, que emitimos sobre as demonstrações originalmente apresentadas, conforme citado no tópico de "Outros Assuntos" deste relatório.

Outros assuntos

l) Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) individual e consolidada, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

II) Auditoria dos valores correspondentes - demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 originalmente apresentadas

Anteriormente fomos contratados para auditar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício de 2014 originalmente apresentadas. No entanto, devido à relevância e abrangência dos seguintes assuntos descritos na seção "Bases para a abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis", que reproduzimos a seguir, emitimos relatório de auditoria, datado de 29 de abril de 2015, com abstenção de opinião sobre as referidas demonstrações contábeis. Os assuntos que nos levaram a essa abstenção foram: a) Recuperação Judicial - plano ainda não aprovado pelos credores até a emissão de nosso relatório; b) Mútuo a receber da empresa ligada Sadefem Equipamentos e Montagens S.A. - em recuperação judicial, no montante de R\$ 131.026 nas demonstrações contábeis consolidadas, cuja realização somente poderia ser viável se o plano de recuperação fosse aprovado pelos credores, possibilitando assim a continuidade das operações da referida empresa; c) Debêntures a receber da empresa Ibrafem Estruturas Metálicas S.A., nos montantes de R\$ 11.189 mil nas demonstrações contábeis individuais e de R\$ 70.382 mil nas demonstrações contábeis consolidadas. Como a Ibrafem tem como principal ativo a participação no capital social da Sadefem Equipamentos e Montagens S.A. - em recuperação judicial, a realização desse saldo somente poderia ser viável se o plano de recuperação fosse aprovado pelos credores;

d) Encontros de contas de saldos quirográficos entre empresas ligadas que foram contabilizados, cuja validade, contudo, dependia da aprovação do plano de recuperação judicial; e) Inexistência de saldos de passivo em 31 de dezembro de 2014 referente a Refis (Lei nº 12.865/13 de 09 de outubro de 2013), nos montantes de R\$ 277.450 mil nas demonstrações contábeis individuais e de R\$ 346.925 mil nas demonstrações contábeis consolidadas, e da correspondente despesa financeira no resultado desse exercício, em função de sua indevida reversão no exercício de 2013; f) Impossibilidade de obtenção de evidências de auditoria sobre a adequação das quantidades registradas nos estoques da IESA Óleo e Gás - em recuperação judicial, empresa controlada indiretamente, e do respectivo saldo de R\$ 130.206 mil registrado nas demonstrações contábeis consolidadas, em função do inventário físico dos mesmos ainda estar em andamento quando da conclusão de nossos trabalhos; g) Impossibilidade de obtenção de evidências de auditoria sobre a adequação do saldo de R\$ 52.155 mil registrado nas demonstrações contábeis consolidadas referente à participação minoritária da controlada indireta IESA Óleo e Gás S.A. - em recuperação judicial em negócios constituídos na forma de Consórcios.

São Paulo, 29 de abril de 2016.

Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S/S - CRC-2SP016754/O-1
EDUARDO A. DE VASCONCELOS - CONTADOR - CRC-1SP166001/O-3